



A LUTAR CONTRA A POBREZA E A
EXCLUSÃO SOCIAL EM PORTUGAL

Indicadores sobre a pobreza

Dados Europeus e Nacionais

Atualização em Julho de 2011

EAPN Portugal /Rede Europeia Anti-Pobreza
Rua de Costa Cabral, 2368 4200-218 Porto
Telefone: 225 420 800 Fax: 225 403 250
E-mail: geral@eapn.pt Site: www.eapn.pt

I. ENQUADRAMENTO

A pobreza e a exclusão social constituem um dos maiores desafios do nosso século, na medida em que colidem com o exercício dos direitos fundamentais dos seres humanos. Os objectivos de desenvolvimento do Milénio, definidos pela ONU em 2000 reflectem este enorme desafio e definem como meta a redução da pobreza extrema, para metade até 2015. A União Europeia, desde a Cimeira de Lisboa (2000), assumiu também estas problemáticas como centrais no processo de construção europeia, posicionando o objectivo da coesão social ao mesmo nível do crescimento económico e do emprego.

Os dados estatísticos existentes sobre a pobreza e a exclusão social não revelam, por si só, todas as dimensões destes flagelos, mas aproximam-nos da realidade e permitem-nos ir avaliando o caminho que estamos a percorrer, pelo que se torna útil compilar alguns indicadores sobre estes fenómenos.

A nova Estratégia 2020 definida pela Comissão Europeia procura dar continuidade à Estratégia de Lisboa que terminou em 2010 com o Ano Europeu a ser dedicado ao Combate à Pobreza e à Exclusão Social. A Comissão propõe para este período 5 objectivos cruciais para o sucesso:

- Subir a taxa de emprego da população entre os 20 e os 64 anos dos atuais 69% para, pelo menos, 75%;*
- Atingir o objectivo de investir 3% do PIB na Investigação & Desenvolvimento, melhorando nomeadamente as condições dos investimentos do sector privado na I&D e desenvolver um novo indicador para acompanhar a inovação;*
- Reduzir as emissões de gases com efeito de estufa de pelo menos 20% em relação aos níveis de 1990 ou 30% se as condições o permitirem, passar para 20% a parte da energia renovável no nosso consumo final de energia e aumentar para 20% a nossa eficácia energética;*
- Diminuir para 10% (os atuais 15%) a percentagem de jovens que abandonam prematuramente a escola e passar de 31% para pelo menos 40% a faixa da população com idades entre os 30 - 34 anos que terminaram um curso pós secundário;*
- Reduzir em 25% o número de Europeus que vivem abaixo dos limiares nacionais da pobreza, conseguindo-se assim retirar 20 milhões de pessoas da pobreza.*

Foram avançadas 7 iniciativas emblemáticas como catalisadores para o progresso em cada uma das principais prioridades:

- 1. União para a Inovação*
- 2. Juventude em movimento*
- 3. Uma agenda digital para a Europa*
- 4. Uma Europa que aproveita eficazmente os recursos*
- 5. Uma política industrial para a era da globalização*
- 6. Uma agenda para novas competências e empregos*
- 7. Uma plataforma europeia contra a pobreza*

Em Portugal a meta definida em termos da Estratégia 2020 visa reduzir nos próximos 10 anos 200 mil pessoas da situação de pobreza.

De acordo com as principais mensagens que emergiram do Relatório do Comité de Protecção Social¹ sobre a Europa 2020 verifica-se que um em cada cinco pessoas na União Europeia encontra-se em risco de pobreza e exclusão social

¹ The social dimension of the Europe 2020 Strategy, a Report of the social protection committee (2011), European Commission, DG Employment, Social Affairs and Inclusion, March 2011.

e 40 milhões de pessoas enfrentam a privação severa. 25 Milhões de crianças estão em risco de pobreza e exclusão social na União Europeia.

É referido no Relatório citado que por forma a quebrar a transmissão intergeracional da pobreza os Estados Membros necessitam de priorizar a intervenção precoce em áreas como a educação e a saúde, fortalecer a qualidade dos serviços para as crianças, promover a participação dos seus pais no mercado de trabalho e garantir rendimento adequado para as famílias com filhos através de uma combinação de benefícios universais e específicos.

Justificação metodológica

Em termos metodológicos, a partir de 2003 os dados passaram a ser obtidos através do Inquérito aos Rendimentos e Condições de Vida (EU-SILC) definido pelo Eurostat e aplicado em cada Estado-membro pelo Gabinete Nacional de Estatística respectivo. No caso específico de Portugal cabe ao INE efetuar a aplicação e tratamento destes Inquéritos. De acordo com a nova Estratégia 2020 o número de pessoas em risco de pobreza e de exclusão será definido a partir de 3 indicadores: risco de pobreza, privação material e agregado familiar sem emprego.

Na 1ª parte do presente documento daremos conta da evolução demográfica na Europa tendo em conta os dados contidos no documento publicado pelo Eurostat: "Statistical portraits of social situation 2010". Depois entraremos especificamente nos dados comparativos em relação à pobreza e exclusão social.

Será igualmente feita uma apreciação da evolução dos indicadores referentes ao emprego/desemprego, sendo que no que diz respeito a alguns dos indicadores essa análise é deficitária em virtude da falta de dados existentes para realizar uma comparação, mais precisa, entre os vários países europeus.

2. ALGUNS INDICADORES INERENTES À POBREZA E À EXCLUSÃO SOCIAL NA EUROPA

Evolução da população na Europa

A 1 de Janeiro de 2010 a população da Europa a 27 era de 501.1 milhões de habitantes. As projeções do Eurostat demonstram que a população atingirá 520.7 milhões em 2035 e cairá gradualmente para 505.7 milhões em 2060. A tendência de crescimento da população na Europa a 27 tem-se mantido desde 1960. O número de habitantes aumentou de 402.6 milhões em 1960 em cerca de 98.5 milhões em 2010. No entanto, regista-se uma quebra no crescimento nas últimas décadas. A proporção de idosos no total da população aumentará significativamente nas próximas décadas e a geração do *baby boom* que caracterizou o pós-guerra atingirá a idade da reforma. Isto conduzirá a um aumento dos encargos para as gerações futuras.

Relativamente à fertilidade, em 2009 5.4 milhões de crianças nasceram na Europa dos 27. A taxa de fertilidade total era estimada em 1.56 filhos por mulher. Todos os Estados Membros têm taxas de fertilidade abaixo dos 2.1 filhos por mulher, nível necessário para níveis de substituição das gerações.

Em Portugal a taxa de fertilidade total era em 2009 de 1.32 filhos por mulher, estando abaixo da média europeia.

Quadro nº 1 - Taxa de fertilidade total (em nº de nados-vivos por mulher)

	1960	1970	1980	1990	2000	2007	2008	2009
EU27	:	:	:	:	:	1.56	:	:
EA16	:	:	:	:	1.47	1.54	:	:
BE	2.54	2.25	1.68	1.62	1.67	1.82	:	:
BG	2.31	2.17	2.05	1.82	1.26	1.42	1.48	1.57
CZ	2.09	1.92	2.08	1.90	1.14	1.44	1.50	1.49
DK	2.57	1.95	1.55	1.67	1.77	1.84	1.89	1.84
DE	:	:	:	:	1.38	1.37	1.38	1.36
EE	:	:	:	2.05	1.38	1.63	1.65	1.62
IE	3.78	3.85	3.21	2.11	1.89	2.01	2.10	:
EL	2.23	2.40	2.23	1.40	1.26	1.41	1.51	1.52
ES	:	:	2.20	1.36	1.23	1.40	1.46	1.40
FR	2.73	2.47	1.95	1.78	1.89	1.98	2.01	2.00
IT	2.37	2.38	1.64	1.33	1.26	1.37	1.42	:
CY	:	:	:	2.41	1.64	1.39	1.46	1.51
LV	:	:	:	:	:	1.41	1.44	1.31
LT	:	2.40	1.99	2.03	1.39	1.35	1.47	1.55
LU	2.29	1.97	1.50	1.60	1.76	1.61	1.61	1.59
HU	2.02	1.98	1.91	1.87	1.32	1.32	1.35	1.32
MT	:	:	1.99	2.04	1.70	1.37	1.44	1.44
NL	3.12	2.57	1.60	1.62	1.72	1.72	1.77	1.79
AT	2.69	2.29	1.65	1.46	1.36	1.38	1.41	1.39
PL	:	:	:	2.06	1.35	1.31	1.39	1.40
PT	3.16	3.01	2.25	1.56	1.55	1.33	1.37	1.32
RO	:	:	2.43	1.83	1.31	1.30	1.35	1.38
SI	:	:	:	1.46	1.26	1.38	1.53	1.53
SK	3.04	2.41	2.32	2.09	1.30	1.25	1.32	1.41
FI	2.72	1.83	1.63	1.78	1.73	1.83	1.85	1.86
SE	:	1.92	1.68	2.13	1.54	1.88	1.91	1.94
UK	:	:	1.90	1.83	1.64	1.90	1.96	:
IS	:	2.81	2.48	2.30	2.08	2.09	2.15	2.23
LI	:	:	:	:	1.57	1.42	1.43	1.71
NO	:	2.50	1.72	1.93	1.85	1.90	1.96	1.98
CH	2.44	2.10	1.55	1.58	1.50	1.46	1.48	1.50
HR	:	:	:	:	:	1.40	1.46	1.49
MK	:	:	:	:	1.88	1.46	1.47	1.52
TR	:	:	:	:	:	:	2.10	:

Fonte: Eurostat

A esperança de vida á nascença aumentou muito nos últimos 50 anos devido è melhoria das condições sócio-económicas e do meio ambiente e aos cuidados médicos e de saúde.

Na Europa dos 27 um recém-nascido do sexo masculino tem a expectativa de viver até ao 76,1 anos e do sexo feminino até aos 82.2 anos. Mas a diferença entre os homens e mulheres varia muito entre os países da União. Os dados para Portugal revelam que a esperança de vida total em 2009 era de 79.6 anos, sendo que das mulheres era de 82.6 e dos homens de 76.5 anos.

Agregados familiares e famílias

A média do tamanho de um agregado familiar varia entre 2 a 3 pessoas na Europa em 2009. A percentagem de pessoas que vive sozinha varia de forma considerável entre Estados Membros com a Alemanha e a Finlândia a demonstrarem relativamente altas proporções de agregados com pessoas sozinhas. Em todos os Estados membros são as mulheres que deixam a casa dos pais mais cedo que os homens.

Em 2009 a media do tamanho do agregado familiar era de 2.4 pessoas. Esta média tem diminuído gradualmente nos últimos 10 anos. Em média 13% da população da União Europeia vive em agregados de uma só pessoa e verifica-se que na Alemanha, Finlândia, Áustria, Holanda e França esta proporção é maior atingindo 15% ou mais e pelo contrário em Chipre, Malta, Portugal Espanha, Eslováquia, Roménia e Polónia a proporção é de 7% ou menos.

A proporção de famílias monoparentais é relativamente alta no Reino Unido, Estónia, Bélgica, Lituânia, França e Irlanda, de 6% ou mais, enquanto em muitos países a proporção é menor do que aquela que é registada na União Europeia a 27 que é de 4%.

Em 2009, em média na União Europeia metade da população feminina não vivia com os seus pais a partir dos 23 anos. Para os homens a idade é de 26 anos. As mulheres deixam a casa dos pais mais cedo que os homens em todos os Estados membros. Esta idade varia entre os 22 anos ou menos em países como a Finlândia, o Reino Unido, a Estónia, a Alemanha, França e Áustria para 27 anos ou mais na Eslováquia, Portugal, Itália, Grécia, e Malta.

Verifica-se também que um número considerável de pessoas idosas que vive sozinha. Em 2009 na União Europeia a 27 41% das mulheres com mais de 65 anos de idade vivem sozinhas. O número correspondente para os homens é de 18%. Esta proporção é muito maior para mulheres do que para os homens em todos os Estados-membros, devido sobretudo à maior esperança de vida das mulheres.

Proteção Social e benefícios sociais

Existem diferenças consideráveis entre os Estados membros em termos de gastos em percentagem do PIB. Os diferentes países têm diferentes sistemas de financiar a proteção social, dependendo se favorecem as contribuições da segurança social ou contribuições gerais do governo. Os benefícios da proteção social são a componente maior do total dos gastos e entre estes as pensões de velhice e sobrevivência predominam.

Em 2008 os países da União Europeia dedicaram, em média, 26.4% do seu PIB para despesas com a proteção social. Portugal dedicou cerca de 24.3%.

Quadro nº 2 - Despesas com proteção social em percentagem do PIB

	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
EU- 27		25.4	26.6	26.9	27.2	27.1	27.1	26.7	25.7	26.4
Be	25.6	24.9	27.2	28	29	29.2	29.6	30.2	26.8	28.3
Bg		10	9.7	10.2	9.7	9.7	15.1	14.2	14.1	15.5
Cz	18.6	18.9	19.4	20.2	20.2	19.3	19.2	18.7	18.6	18.7
Dk	29	28.1	29.2	29.7	30.9	30.7	30.2	29.2	28.8	29.7
De	28.2	28.3	29.5	30.1	30.5	29.8	29.7	28.7	27.7	27.8
EE	15.2	13.6	13	12.7	12.5	13	12.6	12.1	12.3	15.1
Ie	13.9	13.2	14.9	17.2	17.8	18	18.1	18.4	18.9	22.1
El	22	22.7	24.3	24	23.5	23.6	24.6	24.6	24.5	26
ES	19.3	19.8	20	20.4	20.7	20.7	20.9	20.9	21	22.7
Fr	28.4	27.7	29.6	30.4	30.9	31.3	31.4	30.7	30.5	30.8
It	23.9	23.8	24.9	25.3	25.8	26	26.4	26.6	26.7	27.8
Cy		14.6	14.9	16.3	18.4	18.1	18.4	18.4	18.1	18.4
Lv	16.9	15	14.5	14.1	13.9	13.1	12.7	12.6	11.2	12.6
Lt	15.8	15.3	14.8	14.1	13.6	13.4	13.3	13.4	14.5	16.2
Lu	19.8	18.8	20.9	21.6	22.1	22.3	21.7	20.4	19.3	20.1
Hu	19.9	19.1	19.2	20.3	21.2	20.6	21.9	22.4	22.4	22.7
Mt	17.6	16.6	17.8	17.8	18.3	18.7	18.5	18.1	18	18.9
Nl	25.4	24.7	26.5	27.6	28.3	28.3	27.9	28.8	28.3	28.4
At	28.2	27.6	28.8	29.2	29.6	29.3	28.9	28.4	27.9	28.2
Pl		19.1	21	21.1	21	20.1	19.7	19.4	18.1	18.6
Pt	18	18.7	21.9	22.9	23.3	23.9	24.6	24.6	24	24.3
Ro		12.7	12.8	13.6	13.1	12.8	13.4	12.8	13.6	14.3
Si	23.5	23.6	24.5	24.4	23.7	23.4	23	22.7	21.3	21.5
Sk	19.4	18.8	19	19.1	18.2	17.2	16.5	16.3	16	16
Fi	25.7	24.3	25	25.7	26.6	26.7	26.7	26.4	25.4	26.3
Se	30.3	29.4	30.5	31.3	32.2	31.6	31.1	30.3	29.1	29.4
Uk	24.7	25.5	26.8	25.7	25.7	25.9	26.3	26	23.3	23.7

Fonte: Eurostat - European System of integrated Social protection Statistics

Benefícios sociais

Os custos totais com a proteção social incluem benefícios da proteção social, custos administrativos, e outras despesas. Esta análise compreende as despesas com benefícios com proteção social, o que engloba benefícios para a velhice e sobrevivência, doença e cuidados de saúde, deficiência, família e crianças, desemprego, habitação e exclusão social.

Em 2008 as despesas com a proteção social na União Europeia a 27 representava 25.3% do PIB. Na maior parte dos Estados membros grande parte do PIB gasto nos benefícios com a proteção social era dedicado à “velhice e sobrevivência” (11.5% a nível europeu) seguido pela “doença e cuidados de saúde” (7.5% ao nível europeu).

Taxa de risco de pobreza: comparações entre países

O risco de pobreza é medido através da percentagem da população com rendimentos inferiores ao limiar de 60% do rendimento mediano equivalente.

Segundo os resultados do Inquérito às Condições de Vida e Rendimento EU – SILC² realizado em 2010, incidindo sobre rendimentos de 2009, a população residente em risco de pobreza mantinha-se em 17.9% em Portugal.

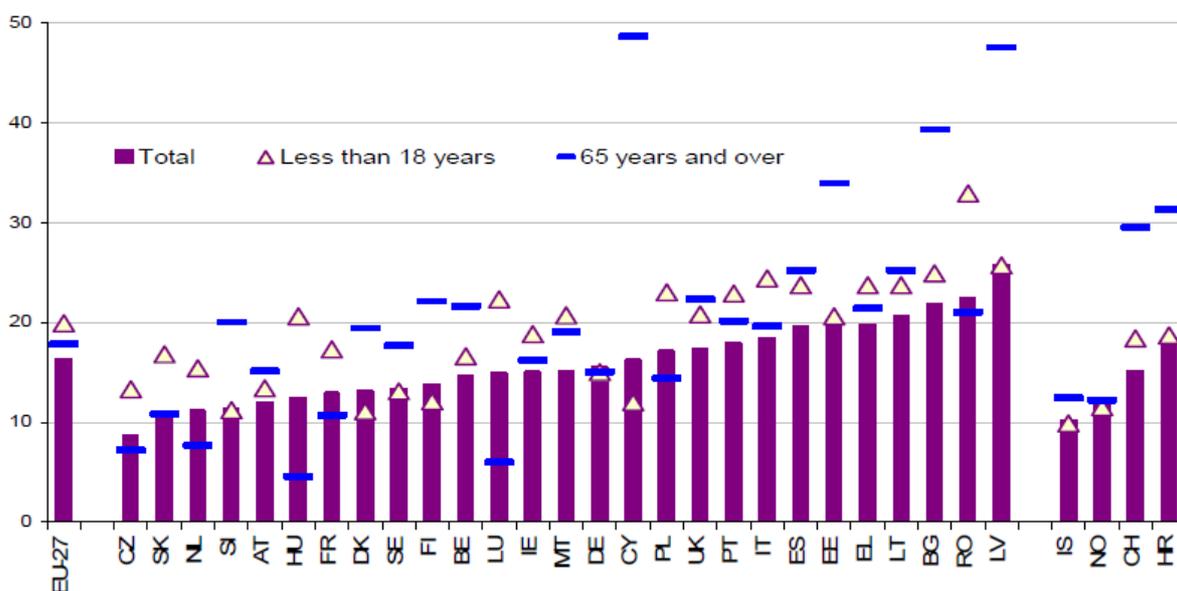
A taxa de risco de Pobreza na Europa dos 27 era em 2009 de 16.3%. As taxas mais elevadas registam-se no Chipre (25.7%), seguido da Roménia (22.4%) e da Bulgária (21.8%). Por seu lado, as taxas mais baixas registavam-se na Eslovénia (11.3%), e na Islândia (10.2%).

No caso hipotético de uma completa falta de transferências sociais (excepto as pensões) na Europa a 27 a percentagem de população em risco de pobreza seria de 25.1%.

Em 2009 a proporção de crianças que viviam em agregados com baixos rendimentos (19.9% na Europa a 27) era mais elevada que a registada em idades entre os 18 e 64 anos (14%) e para os idosos (17.8%). A proporção de crianças que vivem em agregados com baixos rendimentos era mais elevada na Roménia (32.9%), seguida da Letónia (25.7%), Bulgária (24.9%) e Itália (24.4%).

Na Europa a probabilidade de viver no agregado que pode ser considerado em risco de pobreza é maior entre as mulheres (média de 17.1% para as mulheres e de 15.4% para os homens em 2009).

Gráfico 1 - Taxa de risco de pobreza depois das transferências sociais por grupo etário em 2009



Fonte: EU - SILC

Enquanto a taxa de risco de pobreza é na Europa a 27 de 16.3% alguns indivíduos que vivem em determinados agregados estão expostos a um risco mais elevado.

²Statistical portraits of social situation 2010, European commission, Eurostat, April 2011.

Nos 27 Estados membros as pessoas que vivem em agregados compostos por pais solteiros com crianças dependentes têm a mais alta taxa de risco de pobreza (34%). Os adultos solteiros com idade superior a 65 anos têm uma taxa de risco de pobreza de 26.8%. Mais de um quarto das mulheres solteiras encontram-se em risco de pobreza na Europa dos 27 em 2009. Em alguns países mais de metade das mulheres solteiras encontra-se nessa situação; Bulgária (67.7%), Letónia (62.1%), Estónia (52.7%) e Chipre (52.3%). Em 2009, as pessoas de agregados compostos por 2 adultos e 3 ou mais filhos dependentes encontravam-se mais expostos ao risco de pobreza do que pessoas que pertenciam a outro tipo de agregados familiares (25.9%).

No que diz respeito à evolução da taxa de risco de pobreza ou exclusão social na União Europeia ao longo dos últimos anos verifica-se, pelo quadro apresentado em baixo, que ela tem variado ligeiramente no conjunto dos países. Esta comparação é complicada de ser feita uma vez que não existem dados para a maioria dos países.

Quadro nº 3 - Evolução da % de pessoas em risco de pobreza ou exclusão social na União Europeia³

	2005	2006	2007	2008	2009	Average yearly growth rate
EU-27	26	25	24.5	23.6	23.1	-2.9%
Belgium	22.6	21.5	21.6	20.8	20.2	-2.8%
Bulgaria	:	61.3	60.7	44.8 (b)	46.2	-9.0%
Czech Republic	19.6	18	15.8	15.3	14	-8.1%
Denmark	17.2	16.7	16.8	16.3 (b)	17.4	0.3%
Germany	18.4	20.2	20.6	20.1	20	2.1%
Estonia	25.9	22	22	21.8	23.4	-2.5%
Ireland	25	23.3	23.1	23.7	25.7	0.7%
Greece	29.4	29.3	28.3	28.1	27.6	-1.6%
Spain	23.4	23.3	23.1	22.9	23.4	0.0%
France	18.9	18.8	19	18.6 (b)	18.4	-0.7%
Italy	25	25.9	26.1	25.3	24.7	-0.3%
Cyprus	25.3	25.4	25.2	22.2	22.2	-3.2%
Latvia	45.8	41.4	36	33.8	37.4	-4.9%
Lithuania	41	35.9	28.7	27.6	29.5	-7.9%
Luxembourg	17.3	16.5	15.9	15.5	17.8	0.7%
Hungary	32.1	31.4	29.4	28.2	29.9	-1.8%
Malta	20.6	19	19.1	19.5	20.2	-0.5%
Netherlands	16.7	16	15.7	14.9	15.1	-2.5%
Austria	16.8	17.8	16.7	18.6	17	0.3%
Poland	45.3	39.5	34.4	30.5	27.8	-11.5%
Portugal	26.1	25	25	26	24.9	-1.2%
Romania	:	:	45.9	44.2	43.1	-3.1%
Slovenia	18.5	17.1	17.1	18.5 (b)	17.1	-1.9%
Slovakia	32	26.7	21.3	20.6	19.6	-11.5%
Finland	17.2	17.2	17.4	17.4	16.9	-0.4%
Sweden	14.4	16.3	13.9	14.9	15.9	2.5%
United Kingdom	24.8	23.7	22.8	23.2	22	-3.0%

Source: EU-SILC

³ Como acordado no Conselho Europeu em definir um indicador para o objectivo da Europa 2020, as pessoas em risco de pobreza e exclusão social são definidas como aqueles que se encontram em risco de pobreza e /ou sofrem de privação material severa e /ou vivem em lares com zero ou muito baixa intensidade de trabalho.

Taxa de risco de pobreza das pessoas idosas

Em 2009, 17.8 % das pessoas com 65 anos ou mais na União Europeia a 27 estavam em risco de pobreza. Em todos os países, mas em Malta e Holanda as mulheres encontram-se mais em risco de pobreza que os homens (201% versus 14.9% na Europa a 27).

Na União Europeia a 27 a proporção de pessoas que vivem com o rendimento disponível equivalente abaixo da linha de pobreza é maior em 2009 para a população com 65 anos ou mais (17.8%) contra 16.3% para o resto da população. Este é o caso em 18 Estados membros assim como na Islândia, Noruega, Suíça e Croácia. No Luxemburgo, Hungria e Holanda o risco de pobreza é menor nos idosos. A maior proporção de pessoas em risco de pobreza com 65 ou mais anos é observada no Chipre, Lituânia, e seguido da Bulgária e Estónia.

Quadro nº 4 - Taxa de risco de pobreza por género, 65 anos ou mais, 2009

	EU27	EU-15	Be	Bu	Cz	Dk	De	Ee	le	El	Es	Fr	It	Cy	Lv	Lt	Lu	Hu	Mt	
Total	17.8	17.8	21.6	36.3	7.2	19.4	15	33.9	16.2	21.4	25.2	10.7	19.6	48.6	47.5	25.2	6	4.6		
F	20.1	19.8																		
M	14.9	15.3																		
	Mt	Nl	At	Pl	Pt	Ro	Si	Sk	Fi	Se	Uk	Is	No	Ch	Hr					
Total	19	7.7	15.1	14.4	20.1	21	20	10.8	22.1	17.7	22.3	12.4	12.2	29.5	31.3					
F	17.8	7.5	18.4	16.5	21.8	25.3	25.5	14.8	22.4	17.6	24.1	17.9	18.6	32.5	36.1					
M	20.5	8	10.7	10.9	17.7	14.7	11.4	4.5	13.1	11.4	20.1	6.1	4	25.6	23.9					

Fonte: EU-SILC

Taxa de risco de Pobreza das crianças

Em 2009 a proporção de Crianças (com idades abaixo dos 18 anos) que vivem em agregados familiares com baixos rendimentos (19.9% na Europa dos 27) era maior que a proporção da população com idades compreendidas entre os 18 e os 64 anos (14.8%) e do que dos idosos (17.8%). A proporção de crianças que vivem em lares com baixos rendimentos é maior na Roménia (32.9%), seguido da Letónia (25.7%), Bulgária (24.9%) Itália (24.4%), Lituânia, Espanha e Grécia (todas com 23.7%) e Polónia (23%).

Pelo contrário, em 2009 as crianças na Dinamarca, Holanda, Noruega e Islândia, tinham menos probabilidade de viver em agregados famílias pobres do que os adultos.

Na Europa, a probabilidade de viverem em agregados que são considerados em risco de pobreza é mais elevada entre mulheres do que entre homens (na Europa dos 17 a media e de 17.1% contra 15.4% em 2009).

Quadro nº 5 - Taxa de risco de pobreza por grupo etário (menos de 18 anos)

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	
EU 27		19.9	19.8	20	20.2	19.9	
EU15		18.1	18.3	18.9	19.4	19	
Be	15.9	18.1	15.3	16.9	17.2	16.6	
Bg	22	18	25	29.9	25.5	24.9	
CZ		17.6	16.5	16.6	13.2	13.3	
Dk	9.1	10.4	9.9	9.6	9.1	11.1	
De		12.2	12.4	14.1	15.2	15	
EE	23	21.3	20.1	18.2	17.1	20.6	
Ie	22.8	23	22.5	19.2	18	18.8	
El	20.5	20.4	22.6	23.3	23.0	23.7	
Es	24.5	24.2	24.5	24.3	24.4	23.7	
Fr	14.7	14.4	13.9	15.3	16.5	17.3	
It	24.7	23.6	24.5	25.6	24.7	24.4	
Cy		12.8	11.5	12.4	13.6	12	
Lv		21.5	25.8	20.5	24.6	25.7	
Lu	19.4	20.2	19.6	19.9	19.8	22.3	
Hu		19.9	24.8	18.8	19.7	20.6	
Mt		18	18.1	18.7	19.9	20.7	
Nl		15.3	13.5	14	12.9	15.4	
At	15	14.9	14.7	14.8	14.9	13.4	
Pl		29.3	26.3	24.2	22.4	23	
Pt	24.6	23.7	20.8	20.9	22.8	22.9	
Ro				32.8	32.9	32.9	
Si		12.1	11.5	11.3	11.6	11.2	
Sk		18.9	17.1	17.2	16.7	16.8	
Fi	9.8	10	9.9	10.9	12	12.1	
Se	12.1	10.2	15	12	12.9	13.1	
UK		22.9	23.9	23.4	24	20.8	

Fonte: EU_SILC Estimativas do Eurostat

Exclusão Social: Taxa de Privação Material (*Material Deprivation Rate*)

O Comité de Protecção Social (Sub-grupo dos Indicadores) definiu recentemente um indicador não monetário de condições de vida como forma de medir a exclusão social. Este indicador é definido como “a ausência de pelo menos 3 dos 9 itens que a seguir se apresentam: capacidade para fazer face a despesas inesperadas; capacidade para pagar uma semana de férias por ano fora de casa; existência de dívidas; capacidade de fazer uma refeição com carne frango ou peixe de dois em dois dias; capacidade de manter a casa quente; ter uma máquina de lavar, uma TV a cores, um telefone ou carro próprio”.

Em 2009, 17.1% da população da União Europeia a 27 é considerada como estando em situação de privação material, isto é, as suas condições de vida são severamente afectadas pela falta de recursos. A proporção é maior na Bulgária (55.5%) e na Roménia (49.3%) e menor na Islândia com 3.4%, no Luxemburgo com 4% e na Suécia (4.8%). Algumas categorias da população são mais afectadas pela privação material.

Em Portugal em 2010 a privação material severa atingia 9% da população residente em Portugal, ou seja, a população que residia em agregados familiares sem acesso a pelo menos 4 ou mais itens.

22.5% dos indivíduos residentes em Portugal viviam em situação de privação material em 2010 e o número médio de itens em falta para a população em privação material era de 3.6 em 2010.

Quadro nº 6 - Indicadores de privação material, Portugal, EU-SILC 2007-2010

Ano de referência dos dados	2006	2007	2008	2009(Po)
Taxa de privação material	22.4%	23%	21.5%	22.5%
Taxa de privação material severa	9.6%	9.7%	9.1%	9 %
Intensidade da privação material	3.7%	3.6%	3,7%	3.6%
EU-SILC	2007	2008	2009	2010(Po)

Emprego

Devido à crise económica e financeira, o aumento do emprego na União Europeia a 27 foi negativo em 2009 (1,8%). Com a exceção do Luxemburgo, Polónia e Alemanha todos os países tiveram uma diminuição dos níveis de emprego, que foi mais acentuado nos países bálticos, Irlanda e Espanha. Como consequência a taxa de emprego, isto é a proporção de população entre os 15 e os 64 anos de idade que tem emprego desceu em 2009 cerca de 1.3 pontos percentuais, atingindo 64.6%.

No contexto da Estratégia 2020 uma nova meta foi fixada em 75% para a taxa de emprego, com uma redução no intervalo de idades de 20 aos 64 anos, refletindo desta forma o foco na educação e formação em detrimento do emprego no caso dos jovens.

Em 2009 cerca de 222.3 milhões de pessoas estavam empregadas na União a 27, significando uma redução de 4.1 milhões num ano, refletindo a forte quebra de menos 1.8% na consequência da crise. A maior parte dos países viram um crescimento negativo do emprego, com o Luxemburgo e a Polónia a crescer apesar da crise e a Alemanha a não registar alterações na sua taxa de emprego.

Na União Europeia as pessoas idosas têm uma taxa de emprego consideravelmente baixa, comparando com aqueles que têm idades compreendidas entre os 25 e os 54 anos de idade. Em 2009 46% das pessoas com idades compreendidas entre os 55 e os 64 anos estavam a trabalhar, comparando com 78.2% dos que têm idades entre os 25 e os 54 anos. Apesar da redução na taxa de emprego a taxa de emprego nas pessoas idosas sofreu um acréscimo de 0.4 pontos percentuais em relação aos números de 2008 que se situavam nos 45.6%. Este aumento deve-se ao aumento da participação no mercado de trabalho das mulheres idosas.

As taxas de emprego nos jovens são também relativamente baixas, somente 35.2% daqueles que têm idade entre os 15 e os 24 anos trabalhavam em 2009, refletindo o fato de muitos se encontrarem no sistema de educação.

Desemprego

Em 2009, em média 8.9% da força de trabalho encontrava-se desempregada na União Europeia dos 27, o que representa um aumento de 1.9 pontos percentuais em relação a 2008. Em 2009, em média cerca de 21.4 milhões de pessoas encontravam-se desempregadas. Em cada um dos 27 Estados membros o desemprego aumentou, com a exceção do Luxemburgo, onde se manteve inalterado. O desemprego de longa duração também aumentou em 2009. A crise económica teve um maior impacto na situação laboral dos homens por comparação à das mulheres em 2009. Também o desemprego dos jovens (entre os 15 e 24 anos) era de 8.7% na EU, 1.8 pontos percentuais acima do registado no ano anterior.

Em 2009, 10.1% das pessoas com idades compreendidas entre os 18 e os 59 anos (excluindo os estudantes entre os 18 e os 24 anos vivendo com outros estudantes) viviam em agregados onde nenhum membro tinha emprego.

O Eurostat⁴ estima que cerca de 22.378 milhões de homens e mulheres na Europa a 27 encontravam-se desempregados em Maio de 2011, e comparando com Maio de 2010 o desemprego diminuiu cerca de 904.000 na Europa a 27. De entre os Estados Membros as taxas de desemprego mais baixas são na Holanda com 4.2%, Áustria com 4.3% e Luxemburgo com 4.5% e as mais elevadas em Espanha (20.9%) e Lituânia (16.3%). Comparando com o ano passado a taxa de desemprego baixou em 19 Estados membros e aumentou em oito. As maiores quebras foram na Estónia, Alemanha, Hungria, e Eslováquia. Os maiores aumentos registaram-se na Grécia, Bulgária, Chipre e Eslovénia. Segundo o Eurostat Portugal registava em Maio de 2011 uma taxa de desemprego de 12.4%.

Em 2009, 10.1% das pessoas com idades compreendidas entre os 18 e os 59 anos (excluindo estudantes entre os 18 e os 24 anos vivendo com outros estudantes) viviam em lares onde nenhum membro trabalhava. Esta proporção é relativamente alta na Lituânia, Irlanda, Bélgica e Hungria com percentagens perto dos 12%. As percentagens mais baixas são observadas no Chipre com 5.6%, e na Alemanha com 6%. Na Europa a 27 esta percentagem é mais elevada para as mulheres (10.9% contra 9.2% de homens). Esta situação deve-se ao facto de mais mulheres pertencerem a famílias monoparentais e conseqüentemente sentirem mais dificuldade de conciliar os cuidados com a família e um trabalho remunerado.

⁴ Eurostat newsrelease, Euroindicators, 99/2011

Risco de pobreza de pessoas empregadas (in-work poverty)⁵

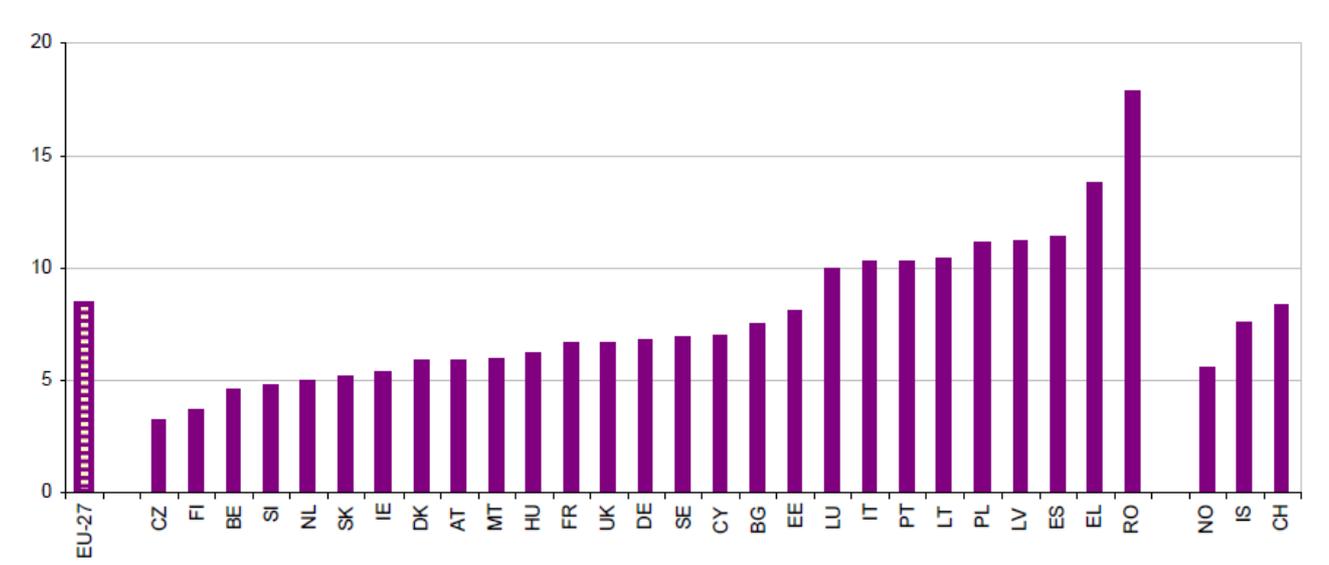
Estar empregado é geralmente uma forma efetiva de assegurar o risco de pobreza. As pessoas que vivem em agregado com uma baixa intensidade de trabalho (pessoas entre os 0 e 59 anos que vivem em agregado em que os adultos trabalham menos que 20% do que o seu potencial de trabalho durante o ano anterior ao Inquérito) encontram-se mais expostas à exclusão social. Em 2009, 9.4% da população da Europa a 27 vivia em agregados com uma baixa intensidade de trabalho. As mais elevadas percentagens registam-se na Irlanda (18.7%), na Bélgica (12.8%), no Reino Unido (12.15), Alemanha (11.2%) e Hungria (11.1%).

Ter um emprego nem sempre protege as pessoas do risco de pobreza. A taxa de risco de pobreza é relativamente elevada para aqueles que têm um trabalho (**In-work Poverty**). Segundo o Eurostat este risco está bastante ligado a situações de emprego mal pago, pouco qualificado, emprego precário, trabalho em *part-time* involuntário e ao tipo de agregado onde os trabalhadores vivem, assim como da condição económica dos restantes membros do agregado.

Em 2009 ao nível dos Estados-membros a taxa de risco de pobreza entre as pessoas empregadas era de 8.4 % com os valores mais elevados a registar-se na Roménia (17.6%), Grécia (13.8%), Espanha (11.4%).

Em todos os países a taxa de risco de pobreza era- tal como seria de esperar menor do que a que se regista na população como um todo. Em toda a Europa a 27 é praticamente metade do total da população com mais de 18 anos (8.4% contra 15.2%).

Gráfico nº 2 - Taxa de risco de pobreza entre a população empregada 2009



Fonte: EU -SILC

⁵ Statistical portraits of social situation 2010, European Commission, Eurostat, April 2011.

Desigualdade em matéria de distribuição do rendimento

A distribuição do rendimento é analisada olhando para a forma como o rendimento total disponível equivalente é partilhado entre os diferentes estratos da população de acordo com o nível de rendimento.

De acordo com os dados do inquérito de 2009 (rendimento de referencia de 2008 na maioria dos países) o topo (rendimento monetário líquido equivalente mais elevado) 20% da população recebia 4.9 vezes mais do rendimento total da base (rendimento monetário líquido equivalente mais baixo).

Este indicador, a desigualdade de rendimento (s80/s20) é geralmente mais elevado nos países do Sul e nos países Bálticos. O fosso é maior na Letónia (7.3), Roménia (6.7) Lituânia (6.3) Espanha e Portugal (6).

No outro extremo encontra-se a Eslovénia (3.2), a República Checa e Hungria com 3.5.

Pobreza e Exclusão Social – dados do Eurobarómetro

No último inquérito do Eurobarómetro acerca da percepção dos europeus relativamente à pobreza e à exclusão social⁶ mais de 7 em cada 10 cidadãos europeus afirmaram que a pobreza aumentou no seu país nos últimos 12 meses anteriores ao inquérito. Mas não consideram que a pobreza na sua área tenha aumentado no mesmo período de tempo. Esta opinião foi manifestada por cerca de 55% dos entrevistados.

Aproximadamente 6 em 10 (61%) dos cidadãos europeus estima que pelo menos 20% dos habitantes do seu país vivem em pobreza. Os países onde os respondentes são os mais pessimistas sobre a taxa de pobreza no seu país, isto é, uma grande maioria acredita que cerca de um terço dos seus cidadãos vivem em situação de pobreza – onde a Roménia (68%), Hungria (62%) e Bulgária (59%).

Um em cada seis cidadãos que respondeu referiu que em pelo menos uma ocasião nos últimos 12 meses teve dificuldade em suportar despesas extra, comprar comida ou bens de consumo diário. Um quinto dos cidadãos respondeu que no seu agregado familiar têm sentido dificuldade em manter os compromissos com as contas e com os créditos.

A avaliação da situação económica de Portugal feita pelos portugueses é marcadamente negativa⁷: apenas 6 por cento dos portugueses a considera “boa”, enquanto 93 por cento a considera “má” ou “muito má. Esta avaliação negativa da situação económica incide também na avaliação da situação do emprego em Portugal. Apenas 4 por cento dos portugueses consideram esta “boa”, contra 96 por cento que a avalia como “má” ou “muito má”.

De igual modo, **as avaliações negativas são especialmente evidentes nos países mais afectados pela crise da dívida soberana**, sendo a Grécia (99 por cento), a Espanha (99 por cento) e a Irlanda (97 por cento) os únicos países onde a avaliação do mercado de trabalho é ainda mais negativa que a portuguesa.

A avaliação da situação nacional fica marcada também por um acentuado pessimismo em relação ao futuro imediato do país. **Apenas 5 por cento dos portugueses considera que a situação económica do país vai melhorar nos próximos 12 meses. Esta é a mais baixa proporção dos UE-27, sendo inferior às expectativas dos espanhóis**

⁶ Flash Eurobarometer survey F 311 Monitoring the social impact of the crisis: public perceptions in the European Union Wave 5, DG Employment, social affairs and equal opportunities, February 2011.

⁷ Eurobarómetro 74, opinião pública na União Europeia, Outono 2010, Relatório Nacional Portugal. Em Portugal, o trabalho de campo deste Eurobarómetro foi realizado entre os dias 19 e 29 de Novembro de 2010.

(20 por cento), dos **irlandeses** (12 por cento) e dos **gregos** (6 por cento). A maioria dos portugueses (62 por cento) considera que a situação irá piorar no próximo ano, uma proporção que é o dobro da média europeia com a mesma resposta (31 por cento).

3. ALGUNS INDICADORES INERENTES À POBREZA E À EXCLUSÃO SOCIAL EM PORTUGAL

Sendo o fenómeno da Pobreza e da exclusão social multifacetado, torna-se necessário considerar uma pluralidade de indicadores que, devido ao seu carácter inter-relacional, influenciam, de forma directa ou indirecta, o problema em análise. De forma a dar a conhecer, em traços gerais, a realidade do nosso país a esse nível, apresentamos de seguida os valores estatísticos, mais recentes, referentes aos indicadores inerentes à pobreza e à exclusão social em Portugal.

Taxa de Risco de Pobreza⁸

Segundo dados do INE (Rendimento e Condições de Vida – 2010, com dados referentes aos rendimentos de 2009 – dados provisórios) cerca de 17.9% da população portuguesa encontrava-se, em 2009, abaixo do limiar da pobreza, valor que se mantém com pequenas variações desde 2005 (EU-SILC-2006).

A taxa de risco de pobreza tem como base o rendimento médio mensal por adulto equivalente. De acordo com este inquérito a taxa de risco de pobreza correspondia á proporção de habitantes com rendimentos anuais por adulto equivalente inferior a 5.207 euros em 2009 (ou seja, cerca de 434 euros por mês). Em 2008 o limiar de pobreza correspondia a 414 euros por mês (4 969 euros anuais) um valor superior face ao ano de 2007 anterior (406 euros mensais e 4 878 euros anuais).⁹

Se incluirmos na análise outras dimensões, verificamos que persiste uma maior vulnerabilidade por parte das mulheres 18,4% face aos homens (17,3%) e das pessoas com mais de 65 anos (21%) e das pessoas com menos de 18 anos (22,4%).

Quadro nº 7- Taxa de Risco de Pobreza segundo o sexo e o grupo etário, (2004-2010)

	(INE)						
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010 (Po)
Taxa de pessoas em risco de Pobreza	20%	19%	18% (18,5%)	18% (18,1%)	18% (18,5%)	17,9%	17.9%
Taxa de pessoas em risco de Pobreza (Homens)	19%	19%	18% (17,7%)	17% (17,2%)	18% (17,9%)	17,3%	17.3%
Taxa de pessoas em risco de Pobreza (Mulheres)	22%	20%	19% (19,1%)	19% (19,0%)	19% (19,1%)	18,4%	18.4%
Taxa de pessoas em risco de Pobreza (< ou =17 anos)	25%	24%	21% (20,8%)	21% (20,9%)	23% (22,8%)	22,9%	22.4%
Taxa de pessoas em risco de Pobreza (18 - 64 anos)	17%	16%	16% (15,7%)	15% (15,2%)	16% (16,3%)	15,8%	15.7%
Taxa de pessoas em risco de Pobreza (>65 anos)	29%	28%	26% (26,1%)	26% (25,5%)	22% (22,3%)	20,1%	21%

⁸ Destaque – Rendimento e Condições de Vida – 2010 (dados provisórios), INE, Julho de 2011

⁹ O limiar da pobreza corresponde a 60% da mediana da distribuição dos rendimentos monetários líquidos equivalentes nacional.

Ano de referência do rendimento	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
---------------------------------	------	------	------	------	------	------	------

Po – Valor Provisório;

EU – SILC: Inquérito às Condições de Vida

Nota: Segundo o INE, houve alterações na metodologia de construção da variável rendimento disponível, através da introdução das pensões de planos individuais privados (efectuado pelo Eurostat). Esta alteração implicou que todos os indicadores fossem recalculados e teve efeito residual nos resultados (dados actuais e dos anos anteriores).

A evolução dos dados sobre a pobreza no último ano é também significativa quando nos referimos aos diferentes tipos de agregados familiares. Se, em 2005, os agregados familiares sem crianças dependentes possuíam uma taxa de risco de pobreza superior a média nacional (19%), em 2009 (EU-SILC 2010) esta taxa é de 16.5%.

No entanto, dentro desta categoria de “agregados familiares sem crianças dependentes” encontram-se situações heterogéneas. Se apenas 16.6% dos agregados constituídos por 2 adultos com menos de 65 anos (sem crianças) encontram-se em risco de pobreza, 37% das famílias unipessoais (constituídas por apenas um adulto com pelo menos uma criança) encontram-se abaixo do limiar de pobreza.

**Quadro nº 8 - Taxa de Risco de Pobreza segundo composição do agregado familiar
(EU-SILC2004 - EU-SILC2010) (INE)**

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010 (po)
Total sem crianças dependentes	20%	19%	19% (18,9%)	19% (18,7%)	16% (16,1%)	15,4%	16,5%
1 Adulto sem crianças	35%	37%	35% (34,9%)	33% (33,0%)	31% (31,0%)	28,0%	30,1%
1 adulto sexo masculino, sem crianças	32%	34%	28% (28,3%)	26% (26,4%)	26% (26,2%)	23,6%	
1 adulto sexo feminino, sem crianças	37%	39%	38% (38,2%)	36% (36,1%)	33% (33,1%)	30,1%	
1 adulto com menos de 65 anos, sem crianças	26%	28%	26% (26,3%)	27% (27,3%)	25% (25,0%)	20,1%	
1 adulto com 65 + anos, sem crianças	41%	42%	40% (39,8%)	37% (36,6%)	34% (34,5%)	32,7%	
2 Adultos ambos c/ menos de 65 anos, sem crianças	16%	15%	19% (18,3%)	18% (17,6%)	17% (16,5%)	16,6%	16,6%
2 Adultos, pelo menos 1 c/ 65 + anos, sem crianças	30%	28%	26% (25,8%)	26% (26,4%)	22% (21,7%)	18,8%	20,3%
Outros agregados, sem crianças	12%	8%	10% (9,5%)	9% (9,3%)	7% (7,4%)	8,0%	9,1%
Total, com crianças dependentes	21%	20%	18% (18,1%)	18% (17,7%)	20% (20,4%)	20,6%	19,1%
1 Adulto c/ pelo menos 1 criança	32%	30%	41% (41,2%)	34% (33,6%)	39% (38,9%)	38,8%	37%
2 Adultos com 1 criança	13%	14%	12%	12%	16%	14,8%	12,6%

			(12,1%)	(12,2%)	(16,7%)		
2 Adultos com 2 crianças	24%	23%	19% (18,6%)	17% (17,0%)	21% (20,6%)	20,7%	17.1%
2 Adultos com 3 + crianças	38%	42%	38% (37,8%)	43% (43,3%)	32% (31,9%)	42,8%	33.2%
Outros agregados, com crianças	19%	16%	16% (15,8%)	16% (16,3%)	18% (18,0%)	18,8%	
Ano de referência do rendimento	2003	2004	2005	2006	2007	2008(Po)	

Po – Valor Provisório;

EU – SILC: Inquérito às Condições de Vida

Nota1: No contexto deste inquérito, até 2006 foram consideradas “crianças dependentes” os indivíduos com menos de 16 anos, bem como os indivíduos entre 16 e 24 anos economicamente dependentes. A partir do EU-SILC 2007 são consideradas “crianças dependentes” todos os indivíduos com menos de 18 anos, bem como os indivíduos entre 18 e 24 anos economicamente dependentes.

Nota2: Segundo o INE, houve alterações na metodologia de construção da variável rendimento disponível, através da introdução das pensões de planos individuais privados (efectuado pelo Eurostat). Esta alteração implicou que todos os indicadores fossem recalculados e teve efeito residual nos resultados (dados actuais e dos anos anteriores).

O emprego ou a sua ausência tem um impacto importante ao nível da taxa de risco de pobreza. Enquanto a taxa de risco de pobreza dos trabalhadores é de cerca 10.3%, entre a população sem emprego, verificam-se taxas ainda mais elevadas junto dos desempregados (37%) e dos outros inativos (aproximadamente 29,9%).

Quadro nº 9 - Taxa de Risco de Pobreza segundo a condição perante o trabalho (EU-SILC2004 - EU-SILC2009)
(INE)

	2004	2005	2006	2007	2008	2009(Po)
Total com emprego	12%	12%	11% (11,2%)	10% (9,7%)	12% (11,8%)	10,3%
Em emprego por conta de outrem	8%	8%	6%	X	X	X
Em emprego por conta própria	29%	28%	29%	X	X	X
Total sem emprego	28%	27%	26% (26,3%)	27% (26,9%)	25% (24,8%)	24,4%
Desempregado	32%	28%	31% (31,1%)	32% (32,2%)	35% (34,6%)	37,0%
Reformado	26%	25%	23% (22,9%)	23% (23,1%)	20% (20,1%)	17,4%
Outros inativos	29%	28%	29% (29,0%)	30% (30,2%)	28% (28,3%)	29,9%
Ano de referência do rendimento	2003	2004	2005	2006	2007	2008(Po)

Po – Valor Provisório;

EU – SILC: Inquérito às Condições de Vida

Nota: nos indicadores relativos à condição perante o trabalho foi considerada o total da população com 18 e mais anos

Nota2: Segundo o INE, houve alterações na metodologia de construção da variável rendimento disponível, através da introdução das pensões de planos individuais privados (efectuado pelo Eurostat). Esta alteração implicou que todos os indicadores fossem recalculados e teve efeito residual nos resultados (dados actuais e dos anos anteriores).

Intensidade da Pobreza¹⁰

A taxa de Intensidade da Pobreza mede a diferença entre o valor do limiar de pobreza e o rendimento monetário mediano dos indivíduos em risco de pobreza. Quando se verifica o aumento da taxa de Intensidade da Pobreza significa um agravamento da falta de recursos dos indivíduos em risco de pobreza.

A taxa de risco de pobreza, em 2009 (EU-SILC 2010), era de 22.7%, contra 23,6% registado em 2008.

A análise deste indicador por sexo permite verificar que, em 2009 (EU-SILC 2010) a intensidade da pobreza agravou-se junto da população masculina e diminuiu ligeiramente junto da população feminina. Desta forma, e ao contrário do que ocorreu no ano de 2007, a intensidade da pobreza em 2008 e em 2009 foi superior nos homens.

Quadro nº 10 - Taxa de Intensidade da Pobreza, segundo sexo (EU-SILC2007 - EU-SILC2010)

(INE)				
Ano de referência dos dados	2006	2007	2008	2009(Po)
Total	24.3%	23.2%	23,6%	22.7%
Homens	24.3%	22.5%	24.9%	23.1%
Mulheres	24.2%	23.6%	23,0%	22.6%
EU-SILC	2007	2008	2009	2010(Po)

Po – Valor Provisório;

EU – SILC: Inquérito às Condições de Vida

Desigualdade na distribuição do rendimento¹¹

Segundo dados do INE (Rendimento e Condições de Vida), em 2009 (EU-SILC 2010), 20% da população com maior rendimento recebia aproximadamente 5.6 vezes o rendimento dos 20% da população com o rendimento mais baixo. Esta desigualdade é ainda maior quando verificamos que 10% da população mais rica auferem 9.2 vezes o rendimento dos 10% mais pobres.

A diminuição da taxa de risco de pobreza entre 2003 e 2008 (EU-SILC 2004 e 2009) foi acompanhada nos últimos anos por uma diminuição das desigualdades.

Simultaneamente é possível verificar a forte desigualdade na distribuição dos rendimentos através do Coeficiente de Gini que em Portugal, em 2008 (EU-SILC 2009), era de 35.4%¹² e em 2009 (EU-SILC 2010) foi de 33.7% registando uma ligeira baixa.

Quadro nº 11 - Indicadores de Desigualdade do Rendimento (EU-SILC2007 - EU-SILC2010)

(INE)				
Ano de referência de dados	2006	2007	2008	2009
Coeficiente de <i>Gini</i>	36.8	35.8	35.4	33.7
Desigualdade na distribuição de rendimentos (S80/S20)	6,5	6,1	6,0	5,6

¹⁰ Destaque – Rendimento e Condições de Vida – 2010 (Dados Provisórios), INE, Julho 2011

¹¹ Destaque – Rendimento e Condições de Vida – 2006, INE, Janeiro de 2008; Destaque – Rendimento e Condições de Vida – 2008, INE, Julho de 2009; Destaque – Rendimento e Condições de Vida – 2009 (Dados Provisórios), INE, Julho 2010

¹² A desigualdade de um país é tanto maior, quanto mais próximo dos 100% for o coeficiente de Gini.

Desigualdade na distribuição de rendimentos (S90/S10)	10,8	10,0	10,3	9.2
EU-SILC	2007	2008	2009	2010 (po)

Po – Valor Provisório;

EU – SILC: Inquérito às Condições de Vida

Nota: Segundo o INE, houve alterações na metodologia de construção da variável rendimento disponível, através da introdução das pensões de planos individuais privados (efectuado pelo Eurostat). Esta alteração implicou que todos os indicadores fossem recalculados e teve efeito residual nos resultados (dados actuais e dos anos anteriores).

Impacto das Transferências Sociais sobre a Taxa de Risco de Pobreza¹³

As transferências sociais têm um impacto importante sobre a Taxa de Risco de Pobreza. Segundo dados do INE, a taxa de risco de pobreza seria de 43.4% na população residente em 2009 se apenas considerássemos os rendimentos do trabalho, de capital e transferências privadas.

Os rendimentos provenientes de pensões de reforma e sobrevivência contribuíram em 2009 para um decréscimo de 17 pontos percentuais, observando-se uma taxa de risco de pobreza após pensões e antes de transferências sociais de 26.4%

Quadro nº 12 - Taxa de risco de pobreza (%) considerando as transferências sociais Portugal EU-SILC 2007-2010 (INE)¹⁴

Ano de referência dos dados	2006	2007	2008	2009(po)
Taxa de risco de pobreza antes de qualquer transferência social	40.0	41.5	41.5	43.4
Taxa de risco de pobreza após transferência relativas a pensões	24.2	24.9	24.3	26.4
Taxa de risco de pobreza após transferência sociais	18.1	18.5	17.9	17.9
EU-SILC Ano de referência do rendimento	2007	2008	2009	2010

Po – Valor Provisório;

EU- SILC: Inquérito às Condições de Vida e Rendimento

De acordo com os indicadores Europa 2020 a população em risco de pobreza ou exclusão social era de 25.3%

No âmbito da Estratégia 2020 definiu-se um novo indicador relativo à população em risco de pobreza ou exclusão social que conjuga os conceitos de risco de pobreza relativa – indivíduos com rendimentos anuais por adulto

¹³ Destaque – Rendimento e Condições de Vida – 2006, INE, Janeiro de 2008; Destaque – Rendimento e Condições de Vida – 2008, INE, Julho de 2009; Destaque – Rendimento e Condições de Vida – 2009 (Dados Provisórios), INE, Julho 2010; Destaques – Rendimento e Condições de Vida – 2010 (dados provisórios), INE, Julho 2011.

equivalente inferior ao limiar de pobreza - e de situação de privação material severa, com o conceito de intensidade laboral *per capita* muito reduzida¹⁵.

Em Portugal, em 2009 a proporção da população com menos de 60 anos que vivia em agregados familiares com intensidade laboral *per capita* muito reduzida era de 8.6%.

Emprego/ desemprego¹⁶

Segundo as estatísticas do INE, no 1º trimestre de 2011 a taxa de desemprego em Portugal foi de 12.4%.

Dado que se verificou uma alteração no método de recolha de dados é impossível efetuar comparações com os anos anteriores. As principais mudanças introduzidas são devidas ao novo modo de realização das entrevistas que passou a ser via telefónica.

A população empregada em Portugal no 1º trimestre de 2011 foi estimada em 4866,0 mil indivíduos e a população desempregada foi estimada em 688,9 mil indivíduos.

Quanto à distribuição da população empregada por grupo etário era a seguinte:

- 6.6% pertenciam ao grupo dos 15 aos 24 anos
- 24.7% dos 25 aos 34 anos
- 27% dos 35 aos 44 anos
- 36.1% ao dos 45 aos 64 anos e
- 5.7% ao dos 65 ou mais anos.

A distribuição da população empregada por nível de escolaridade era a seguinte:

- 62.3% dos indivíduos tinham completado o 3º ciclo do ensino básico
- 19% completaram o ensino secundário ou pós-secundário
- 18.7% o ensino superior

A distribuição da população desempregada por grupo etário era a seguinte:

- 18% pertenciam ao grupo etário entre os 15 e os 24 anos
- 28.5% aos dos 25 aos 34 anos
- 23.3% ao dos 35 aos 44 anos
- 30.3% ao dos 45 e mais anos

A distribuição da população desempregada por nível de escolaridade completo era a seguinte:

- 64.7% tinham completado no máximo o 3º ciclo do ensino básico
- 20.3% completaram o ensino secundário ou pós-secundário
- 12.3% completaram o ensino superior.

¹⁵ Consideram-se em intensidade laboral muito reduzida todos os indivíduos com menos de 60 anos que, no período de referência do rendimento, viviam em agregados familiares em que os adultos entre os 18 e os 59 anos (excluindo os estudantes) trabalharam em média menos de 20% do tempo de trabalho possível.

¹⁶ INE, *Destaque - Estatísticas do Emprego 1º Trimestre de 2011*, 18 de Maio de 2011.

A taxa de desemprego das mulheres (12.8%) excedeu a dos homens (12%).

O número de desempregados á procura de emprego há 12 e mais meses - desemprego de longa duração representava 53% da população desempregada total.

A população inativa em Portugal no 1º trimestre de 2011 era de 5.086,1 mil indivíduos. A população inativa com 15 ou mais anos era constituída por 3.475,2 mil indivíduos, representando 68.3% do total de inativos.

No 1º trimestre de 2011 60.4% dos inativos com 15 ou mais anos eram mulheres e 39.6% eram homens.

FONTES CONSULTADAS

- Destaque – Orçamentos Familiares – 2005/2006, INE, Março de 2008
- Destaque – Rendimento e Condições de Vida – 2006, INE, Janeiro de 2008
- Destaque – Rendimento e Condições de Vida – 2008, INE, Julho de 2009
- Destaque – Rendimento e Condições de Vida – 2009, INE, Julho de 2010
- Destaque – Rendimento e Condições de Vida 2010 (Dados Provisórios), INE, Julho 2011
- Euro-Indicators, Eurostat, 125/2010 (31 Agosto 2010)
- The Social Situation in the European Union 2009, European Commission, Fevereiro 2010
- Statistical portraits of social situation 2010, European Commission, Eurostat, DG Employment, Social Affairs and inclusion, abril 2011
- Population and social conditions, Eurostat, Statistics in focus, 9/2010,
- The social dimension of the Europe 2020 strategy, a report of the social protection committee 2011, European Commission, March 2011.
- Eurostat, news release, euroindicators, , 99/2011, 1 July 2011
- Destaques, Estatísticas de emprego, 1º trimestre de 2011, 18 de Maio de 2011